

MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
Estado de Minas Gerais

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

REFERÊNCIA: PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2016

Março 2017



ÍNDICE

I. Apresentação:

II. Introdução:

1. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

2. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial;

3. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito;

4. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal;

5. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município;

6. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município;

7. Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

8. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo;

9. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento;

10. Das medidas adotadas para proteger o Patrimônio Público, em especial o Ativo Imobilizado;

11. Do Regime de Previdência do Município;



12. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário público;

13. Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial:

14. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

15. Da Recomendação Objetivando o Equilíbrio Fiscal:

16. Conclusão.



I. APRESENTAÇÃO:

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto na instruções normativas 012/2011 e 002/2015 do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresento o presente RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO sobre as Contas do Município de Bonfinópolis de Minas-MG, relativo ao exercício de 2016 que passa a fazer parte integrante do referido processo de Prestação de Contas.

Durante o exercício de 2016, a Unidade de Controle Interno - UCI da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, atuou de forma integrada, especialmente na orientação quanto ao atendimento da legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente a todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta Administração.

O Poder Executivo do Município de Bonfinópolis de Minas é composto por Administração Direta.



II – INTRODUÇÃO:

O presente relatório foi elaborado com base nos dados fornecidos pela Contabilidade, extraídos pelo sistema informatizado da Prefeitura Municipal.

O presente relatório está sendo emitido com a finalidade de instruir a prestação de contas do exercício de 2016, levando-se em conta os dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Assim, passo a relatar:



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG

1. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo ao mesmo tempo em que orientou a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saídas efetiva de recursos financeiros, destinados inclusive, a financiar despesas de custeio.

A LDO estabeleceu-se como um elo entre o PPA e o orçamento do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles considerados como prioritários na execução do orçamento.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

1.1 – Dos Programas do PPA:

Os programas aprovados no PPA 2014/2017 são os seguintes:

Código	Descrição
PODER LEGISLATIVO/CÂMARA	
0101	Atuação Legislativa
0102	Estruturação do Poder Legislativo
0103	Sistema Controle Interno/Poder Legislativo
PODER EXECUTIVO/PREFEITURA/PLANO	
0401	Planejamento e Gestão
0402	Supervisão e Coordenação Superior
0403	Gestão Financeira
0404	Associativismo
0405	Sistema Controle Interno – Poder Executivo
0406	Defesa da Ordem Jurídica
0601	Apoio à Segurança Pública
0801	Proteção Social Básica
0802	Atenção ao Idoso



0901	Previdência do Servidor
1001	Saúde Para Todos
1002	Gestão da Política de Saúde
1003	Vigilância em Saúde
1101	Trabalho e Geração de Renda
1201	Gestão da Política Educacional
1202	Promoção e Desenv. do Ensino Fundamental
1203	Promoção e Desenv. do Ensino Infantil
1204	Educação de Jovens e Adultos
1205	Assistência Alimentar e Nutricional
1206	Transporte Escolar
1207	Apoio Ensino Médio e Profissionalizante
1208	Apoio ao Ensino Superior
1209	Apoio ao Ensino Especial
1301	Incentivo à Cultura
1302	Preservação do Acervo Histórico-Cultural
1401	Promoção da Cidadania
1501	Infra-Estrutura Urbana
1502	Manut. e Conservação dos Serviços Públicos
1601	Expansão Habitacional Urbana
1602	Habitação Rural de Qualidade
1701	Sistema de Saneamento Básico
1702	Saneamento Básico Rural
1801	Preservação do Meio Ambiente
2001	Promoção e Desenvolvimento Rural
2002	Apoio à Agricultura Familiar
2301	Conheça Bonfinópolis de Minas
2501	Manut. Serv. de Iluminação Pública
2601	Infra-Estrutura Viária
2701	Promoção do Esporte e Lazer
0001	Encargos Especiais
9999	Reserva de Contingência

A LDO estabeleceu-se como um elo entre o PPA e o orçamento do nosso Município. Ao elaborar a LDO foram selecionados dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles considerados como prioritários na execução do orçamento, que após a execução do exercício de 2016, apresentou a seguinte demonstração:



Código	Descrição	Valores Aprovados/LOA (R\$1,00)	Valores Executados (R\$1,00)	Percentual (%) De Execução
PODER LEGISLATIVO/CÂMARA				
0101	Atuação Legislativa	1.199.700,00	845.256,66	70,46
0102	Estruturação do Poder Legislativo	59.000,00	8.830,00	14,97
0103	Sistema Controle Interno /Poder Legislativo	85.300,00	72.988,32	85,57
TOTAL LEGISLATIVO ----->		1.344.000,00	927.074,98	68,98
PODER EXECUTIVO/PREFEITURA				
0401	Planejamento e Gestão	1.813.100,00	1.181.143,47	65,15
0402	Supervisão e Coordenação Superior	724.000,00	421.678,58	58,24
0403	Gestão Financeira	687.300,00	569.723,03	82,89
0404	Associativismo	143.000,00	52.550,44	36,75
0405	Sistema Controle Interno - Poder Executivo	36.000,00	24.273,11	67,42
0406	Defesa da Ordem Jurídica	182.000,00	101.966,88	56,02
0601	Apoio à Segurança Pública	107.500,00	57.411,80	53,40
0801	Proteção Social Básica	394.500,00	228.211,28	57,84
0802	Atenção ao Idoso	20.000,00	0,00	-
0901	Previdência do Servidor	385.000,00	288.077,08	74,82
1001	Saúde Para Todos	6.156.500,00	4.296.887,13	69,79
1002	Gestão da Política de Saúde	275.500,00	72.175,87	26,19
1003	Vigilância em Saúde	349.500,00	278.208,72	79,60
1101	Trabalho e Geração de Renda	9.000,00	0,00	-
1201	Gestão da Política Educacional	431.500,00	357.044,06	82,74
1202	Promoção e Desenv. do Ensino Fundamental	2.450.600,00	1.908.637,96	77,88
1203	Promoção e Desenv. do Ensino Infantil	1.197.000,00	843.401,99	70,45
1204	Educação de Jovens e Adultos	7.500,00	935,00	12,47
1205	Assistência Alimentar e Nutricional	335.500,00	318.759,47	95,01
1206	Transporte Escolar	1.648.000,00	1.447.438,52	87,83
1207	Apoio Ensino Médio e Profissionalizante	10.900,00	1.300,00	11,92
1208	Apoio ao Ensino Superior	98.000,00	111.656,20	113,93
1209	Apoio ao Ensino Especial	12.500,00	2.610,31	20,88



1301	Incentivo à Cultura	72.000,00	36.159,85	50,22
1302	Preservação do Acervo Histórico-Cultural	45.500,00	34.612,46	76,07
1401	Promoção da Cidadania	114.500,00	85.065,33	74,29
1501	Infra-Estrutura Urbana	4.379.000,00	3.392.950,80	77,48
1502	Manut. e Conservação dos Serviços Públicos	102.000,00	40.955,83	40,15
1601	Expansão Habitacional Urbana	62.000,00	0,00	-
1602	Habitação Rural de Qualidade	22.000,00	20.339,60	92,45
1701	Sistema de Saneamento Básico	1.402.000,00	311.919,77	22,24
1702	Saneamento Básico Rural	1.029.400,00	67.409,88	6,54
1801	Preservação do Meio Ambiente	32.000,00	7.866,40	24,58
2001	Promoção e Desenvolvimento Rural	856.000,00	348.806,36	40,74
2002	Apoio à Agricultura Familiar	201.000,00	91.522,42	45,53
2301	Conheça Bonfinópolis de Minas	752.200,00	223.099,97	69,65
2501	Manut. Serv. de Iluminação Pública	259.000,00	203.291,37	78,49
2601	Infra-Estrutura Viária	2.100.000,00	1.130.482,23	53,83
2701	Promoção do Esporte e Lazer	2.315.500,00	139.684,03	6,03
0001	Encargos Especiais	1.037.500,00	928.061,96	89,45
9999	Reserva de Contingência	60.000,00	0,00	-
TOTAL EXECUTIVO ---->		32.316.000,00	19.626.319,16	60,73
TOTAL GERAL ----->		33.660.000,00	20.553.394,14	61,06

2. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, Financeira e Patrimonial.

2.1 - Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária.

O Orçamento configurou-se no Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou, através do mesmo, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

2.1.1. Elaboração do Orçamento



O Orçamento do Município para o exercício financeiro de 2016 foi elaborado conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64 e demais legislações pertinentes, e foi aprovado através da Lei nº 1.181 de 30 de novembro de 2015.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- a evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada através de métodos estatísticos;
- os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- a previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- a expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- a projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- a legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- as metas previstas no Plano Plurianual;
- as metas e prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- a implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- a fixação da reserva de contingência, conforme Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- a receita estimada;
- a legislação vigente.

A receita foi estimada em R\$33.660.000,00 (Trinta e três milhões, seiscentos e sessenta mil reais) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo:

LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR R\$1,00	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR R\$1,00
Receitas Correntes	38.045.100,00	Despesas Correntes	23.843.000,00
Receitas de Capital	4.385.100,00	Despesas de Capital	9.757.000,00
Deduções para o FUNDEB	4.385.100,00	Reserva de Contingência	60.000,00



Total ----->	33.660.000,00	Total ----->	33.660.000,00
--------------	---------------	--------------	---------------

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

2.1.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações pertinentes.

Após a publicação do orçamento, atendendo o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de buscar o equilíbrio das contas públicas.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecemos o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primamos por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentamos para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2016.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabelecemos o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a Câmara;



- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborada a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

2.1.3. Análise dos Documentos de Despesas do Poder Executivo:

A documentação da despesa foi analisada no que tange aos aspectos legais, e de execução orçamentária, tendo-se apresentado o seguinte resultado:

- Todas as despesas apresentadas são afetas ao município;
- Por amostragem os empenhos seguiram corretamente a ordem cronológica;
- As despesas foram empenhadas nas unidades orçamentárias inerentes;
- A classificação institucional funcional programática apresentou-se correta e comportou o montante das despesas;
- Foi obedecido aos limites da Lei 8.666/93 por ocasião do empenhamento;
- Os históricos estão claros e sucintos obedecendo-se as exigências legais; (históricos confusos foram ressaltados e corrigidos);
- Todas as Notas de Empenho estão devidamente liquidadas;
- As notas de empenho estão devidamente assinadas pelo contador e ordenador de despesas;
- Os documentos fiscais apresentados (por amostragem) estão dentro de sua validade;
- Os documentos fiscais foram emitidos em nome da prefeitura municipal;
- Foi observado o empenhamento prévio das despesas;
- Foram destacados e retidos o IR, INSS e o ISSQN nos casos devidos;
- Constam nos documentos a quitação dos credores ou o depósito bancário e cópia dos cheques emitidos.
- Por amostragem observou-se que os saldos orçamentários das fichas estão corretos;
- Foi apresentado relatório de gastos de viagem do prefeito municipal;
- Os valores referentes a despesas com pessoal conferem com os relatórios e folhas de pagamento;



- Os gastos com educação foram devidamente classificados atendendo as normativas específicas;
- Os gastos com saúde foram devidamente classificados atendendo as normativas específicas;
- O arquivamento dos documentos segue as exigências de Instrução Normativa do Tribunal de Contas.

2.1.4. Balanço Orçamentário

Através do Balanço Orçamentário podemos observar que houve eficiência no planejamento da execução orçamentária, uma vez que o mesmo demonstra um equilíbrio entre as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, ocorrendo assim, em consequência, **SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO**.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO –2016							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇA R\$	TÍTULOS	FIXAÇÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇA R\$
Receitas Correntes	30.243.100,00	22.795.660,71	-7.447.439,29	Créd.Orçamen- tários e Suplementares	34.016.549,54	20.500.690,00	-13.515.859,54
Receitas de Capital	7.802.000,00	2.155.903,07	-5.646.096,93	Créditos Especiais	60.500,00	52.704,14	-7.795,86
				Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Deduções P/ FUNDEB	-4.385.100,00	-3.492.882,72	892.217,28				
Soma	33.660.000,00	21.458.681,06	12.201.318,94	Soma	34.077.049,54	20.553.394,14	-13.523.655,40
Déficit	417.049,54	0,00	-417.049,54	Superávit	0,00	905.286,92	905.286,92
Total	34.077.049,54	21.458.681,06	-12.618.368,48	Total	34.077.049,54	21.458.681,06	-12.618.368,48

Nota: a) Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta; b) Elaborado conforme Lei 4.320/64.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$33.660.000,00 (Trinta e três milhões seiscentos e sessenta mil reais) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$21.458.681,06 (Vinte e um milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e seis centavos) ocorrendo um **SUPERÁVIT DE ARRECAÇÃO** no valor de **R\$ 905.286,92** (novecentos e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos).

Com base nos dados acima fica demonstrado um **SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO** no valor de **R\$ 905.286,92** (novecentos e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais noventa e dois centavos), demonstrando esforço da Administração Municipal no sentido de equilibrar as contas públicas.



2.1.5. Créditos adicionais

2.1.5.1. Créditos adicionais suplementares

Os créditos adicionais suplementares foram autorizados pelo artigo 5º da Lei Orçamentária – Lei nº 1.181, de 30 de novembro de 2015, que autorizou abertura de crédito até o montante de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) da receita líquida prevista.

O referido artigo foi alterado pela Lei Municipal nº 1.215, de 27 de dezembro de 2016, que passou a ter a seguinte redação:

“Art. 5º. Durante a execução orçamentária de 2016, fica autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento fiscal até o montante de 15% (quinze por cento) da receita prevista no caput do artigo 2º desta Lei, com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64”.

Considerando que a receita prevista no artigo 2º da Lei Orçamentária é de **R\$33.660.000,00** (Trinta e três milhões, seiscentos e sessenta mil reais), houve assim, autorização para abertura de crédito adicional suplementar até o valor de **R\$5.049.000,00** (Cinco milhões e quarenta e nove mil reais).

A abertura de créditos suplementares no exercício totalizou em **R\$417.049,54** (Quatrocentos e dezessete mil, quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2016	
Valor da receita prevista no art. 2º da Lei Orçamentária de 2016	R\$33.660.000,00
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	15%
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	R\$5.049.000,00
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	R\$60.500,00
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$5.109.500,00
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$417.049,54
(=) Diferença a Menor	R\$4.692.450,46

Os créditos adicionais suplementares foram abertos via decretos e tiveram como fonte de recursos a anulação de dotações orçamentárias e superávit financeiro.

2.1.5.2. Créditos adicionais especiais



Em 2016 foi aberto crédito especial através do Decreto nº 676/2016, autorizado pela Lei nº 1201/2016, tendo como fonte de recursos o superávit financeiro apurado na fonte 1.52.00 – Transf. Recursos SUS para Gestão do SUS.

2.1.5.3. Créditos adicionais extraordinários

Não houve durante o exercício de 2016 a abertura de créditos extraordinários.

2.1.6. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promovemos aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA NOS EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016.								
EXERCÍCIOS	2014		2015			2016		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	16.036.412,78	87,91	17.113.941,53	106,72	90,98	19.302.777,99	120,36	89,95
Receitas de Capital	2.205.295,28	12,09	1.694.724,25	76,84	9,02	2.155.903,07	97,76	10,05
TOTAL	18.241.708,06	100	18.808.665,78	103,11	100	21.458.681,06	117,63	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Constatamos que as Receitas Correntes participaram com 89,95% (oitenta e nove virgula noventa e cinco por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 10,05% (dez virgula zero cinco por cento) das receitas orçamentárias

Podemos perceber a partir do quadro acima que a receita corrente apresentou um crescimento da ordem 20,36% (vinte virgula trinta e seis por cento) e receita de capital um decréscimo de 2,24% (dois virgula vinte e quatro por cento), em relação ao exercício de 2014.

2.1.7. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaboramos também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA NOS EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016.								
EXERCÍCIOS	2014		2015			2016		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)



Despesa Corrente	15.309.686,74	72,69	16.354.255,65	106,82	93,53	16.828.085,50	109,91	81,87
Despesa de Capital	5.751.706,03	27,31	1.129.725,55	19,64	6,47	3.725.308,64	64,76	18,13
TOTAL	21.061.392,77	100	17.483.981,20	83,01	100	20.553.394,14	97,58	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Constatamos que as Despesas Correntes participaram com 81,87% (oitenta e um virgula oitenta e sete por cento) das despesas orçamentárias, cabendo à Despesa de Capital o percentual de 18,13% (dezoito virgula treze por cento), das despesas orçamentárias.

Podemos perceber a partir do quadro acima que a despesa corrente apresentou um crescimento da ordem 9,91% (nove virgula noventa e um por cento) e despesa de capital um decréscimo de 35,24% (trinta e cinco virgula vinte e quatro por cento), em relação ao exercício de 2014.

2.1.8. Reserva de Contingência

A Lei Orçamentária do exercício de 2016 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Não houve despesas com contingência, sendo que o saldo da dotação foi utilizado como fonte para abertura de crédito suplementar, nos termos da LDO.

2.2. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária ocorrido no exercício de 2016, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, o Quadro Principal do Balanço Financeiro é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

. **Classes** 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;]

. **Classes** 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;



. **Classe 5** para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e

. **Classe 6** para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Segundo a lógica do PCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2016 assim se processou:

Balço Financeiro			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	21.458.681,06	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	20.553.394,14
Ordinária	9.390.483,14	Ordinária	8.297.732,73
Vinculada	12.068.197,92	Vinculada	12.255.661,41
Recursos Vinculados à Educação	4.572.929,25	Recursos Vinculados à Educação	4.643.483,94
Recursos Vinculados à Saúde	4.837.743,02	Recursos Vinculados à Saúde	4.659.538,95
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00
Outras Destinações de Recursos	2.657.525,65	Outras Destinações de Recursos	2.952.638,52
Transferências Financeiras Recebidas	1.302.842,36	Transferências Financeiras Concedidas	1.302.842,36
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.302.842,36	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.302.842,36
Transferências Recebidas Independentes de Execução	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	Transferências Concedidas para Cobertura do Déficit Financeiro	0,00
Recebimentos Extra Orçamentários	2.872.014,37	Pagamentos Extra Orçamentários	3.611.817,03
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.175.076,98	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	992.987,62
Inscrição de restos a Pagar Processados	21.571,74	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	925.586,46
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.675.365,65	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.693.242,95
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	0,00	Outros Pagamentos Extra Orçamentários	0,00
Saldo do Exercício Anterior	1.841.069,00	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte	2.006.553,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.650.098,43	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.771.077,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	190.970,57	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	235.476,24
TOTAL	27.474.606,79	TOTAL	27.474.606,79

Nota: a) Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta; b) Elaborado conforme Lei 4.320/64.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- as receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Empenhamento;
- o processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- o boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- as conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados se mantiveram na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte;



- os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- foram feitas retenções de Imposto de Renda, quando necessário, as quais foram apropriadas pela Prefeitura como receita orçamentária;
- as aplicações financeiras de todas as contas foram efetuadas nos bancos oficiais, tanto recursos ordinários quanto recursos vinculados, inclusive convênios;
- o balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

2.2.1. Análise dos Balançamentos Mensais:

Procedeu-se a verificação dos fechamentos contábeis apresentados com a seguinte análise:

- Os balanços Financeiro e Orçamentário se apresentam “fechados” e atendem aos princípios contábeis inerentes;
- Os saldos anteriores estão de acordo com os saldos finais do mês/exercício anterior;
- Os procedimentos de inscrição e baixa da receita extra-orçamentária e despesa extra-orçamentária apresentam-se corretos.

2.3. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim se apresentou o patrimônio do Município nos exercícios de 2015 e 2016:

2.3.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, o Quadro Principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes de contas do 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Segundo a lógica do PCASP, os saldos das contas intraorçamentárias deverão ser excluídos do relatório consolidado.

No Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais, podendo ser detalhados em notas explicativas, a critério do ente.



O Quadro das Contas de Compensação é elaborado utilizando-se a classe "8.0.0.0.00.00 - Controles Credores" do PCASP.

Os valores dos atos potenciais já executados não são considerados. Somente devem ser considerados os atos potenciais do ativo e do passivo a executar.

O Quadro do Superávit / Déficit Financeiro é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS 2015 e 2016					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2015 (R\$)	2016 (R\$)	TÍTULOS	2015 (R\$)	2016 (R\$)
Circulante	4.273.228,72	4.977.889,90	Passivo Circulante	2.239.147,46	2.488.657,87
Não Circulante	14.692.452,45	17.416.351,66	Passivo Não Circulante	2.295.255,32	2.927.042,80
			Patrimônio Líquido	14.431.278,39	16.978.540,89
TOTAL DO ATIVO	18.965.681,17	22.394.241,56	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.965.681,17	22.394.241,56

Nota: a) Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta; b) Elaborado conforme Lei 4.320/64.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o patrimônio líquido.

2.3.1.1. ATIVO CIRCULANTE

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:

As contas de disponibilidades apresentam os seguintes saldos iniciais e finais:

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – PREFEITURA		
Fonte de Recursos	Saldo em 31.12.2015(R\$)	Saldo em 31.12.2016(R\$)
Ordinária	248.429,14	141.039,92
Vinculada	1.399.917,48	1.615.541,53
TOTAL----->	1.648.346,62	1.756.581,45

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – CÂMARA		
Título	Saldo em 31.12.2015(R\$)	Saldo em 31.12.2016(R\$)
Ordinária	1.751,81	14.495,57
Vinculada	0,00	0,00
TOTAL----->	1.751,81	14.495,57

No final do exercício não houve valores em espécie em Caixa, sendo que a referida conta apresentou saldo 0,00 (zero) no final do exercício. Os valores



foram conferidos conforme Termo de Conferência de Caixa. Os saldos bancários conferem com os extratos bancários, devidamente conciliados.

b) DEVEDORES DIVERSOS (Conforme Lei 4.320/64):

A conta Devedores Diversos apresenta a seguinte demonstração:

PODER EXECUTIVO/PREFEITURA:

Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
192.514,28	263.322,21	0,00	222.502,94	0,00	233.333,55

PODER LEGISLATIVO/CÂMARA:

Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
0,00	5.288,80	0,00	5.288,80	0,00	0,00

Dos Cancelamentos e Restabelecimentos:

Cancelamentos:

Não houve durante o exercício de 2016 cancelamentos de valores.

Restabelecimentos:

Não houve durante o exercício de 2016 restabelecimentos de valores.

c) Almoxarifado

Almoxarifado – A Prefeitura Municipal mantém controle de almoxarifado e segue com o funcionamento adequado e com boa logística, e procedimentos de envio de informações ao setor de Contabilidade

2.3.1.2. Ativo Não Circulante

- As contas do Ativo Não Circulante apresentam a seguinte posição em 31.12.2016:

Conta Contábil	Valor R\$
Créditos a Longo Prazo	687.433,43
Investimentos	36.288,75
Imobilizado	16.416.465,06
TOTAL =====>	17.140.187,24



2.3.1.3. Passivo Circulante e Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

a) RESTOS A PAGAR:

- Restos a pagar de 2016 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial se referem aos restos a pagar processados, uma vez que de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os restos a pagar não processados não demonstrados no Balanço.

Os valores inscritos em restos a pagar (Conforme Lei 4.320/64) no exercício de 2016 são os seguintes:

PODER EXECUTIVO/PREFEITURA:

RP Processados	21.571,74	RP Ordinários	25.709,35
RP Não Processados	1.165.456,98	RP Vinculados	1.161.319,37
TOTAL ----->	1.187.028,72	TOTAL ---->	1.187.028,72

PODER LEGISLATIVO/CAMARA

RP Processados	0,00	RP Ordinários	0,00
RP Não Processados	9.620,00	RP Vinculados	0,00
TOTAL ----->	9.620,00	TOTAL ---->	0,00

EXERCÍCIOS ANTERIORES (Conforme Lei 4.320/64):

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - PREFEITURA MUNICIPAL

Exercício	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
2015	13.009,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.009,96
TOTAL	13.009,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.009,96

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – PREFEITURA MUNICIPAL

Exercício	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
2014	1.214.597,24	0,00	0,00	663.279,63	0,00	551.317,61
2015	383.692,26	0,00	0,00	358.075,46	23.982,64	1.634,16
	1.598.289,50	0,00	0,00	1.021.355,09	23.982,64	552.951,77



- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.

Dos Cancelamentos:

Os cancelamentos de restos a pagar apresentam as seguintes justificativas:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

Restos a Pagar 2015: Cancelamento no valor de R\$23.982,64, devido a não realização das despesas.

b) DEPÓSITOS (Conforme Lei 4.320/64):

- Depósitos - os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo e apresenta a seguinte demonstração:

PODER EXECUTIVO/PREFEITURA:

Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
30.423,88	1.625.194,90	0,00	1.554.076,13	0,00	101.542,65

PODER LEGISLATIVO/CÂMARA:

Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
0,00	93.561,46	0,00	93.561,46	0,00	0,00

2.3.1.4. Dívida Fundada

- Os valores demonstrados na Dívida fundada, estão em conformidade com o balanço patrimonial e apresenta a seguinte demonstração:

CONTA	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
INSS	1.025.123,78	0,00	0,00	84.303,60	0,00	940.820,18
BDMG	841.807,16	88.204,37	0,00	183.407,57	0,00	746.603,96
BDMG	371.697,60	242.072,03	0,00	215.012,83	0,00	398.756,80
FEAM	51.401,49	0,00	0,00	10.479,39	0,00	40.922,10
AGE-MG	5.225,29	0,00	0,00	2.626,24	0,00	2.599,05
CEF	0,00	286.469,92	0,00	0,00	0,00	286.469,92



BDMG	0,00	243.063,50	0,00	0,00	0,00	243.063,50
BDMG	0,00	268.543,13	0,00	0,00	0,00	268.543,13
TOTAL	2.295.255,32	1.128352,95	0,00	495.829,63	0,00	2.927.042,80

Os valores demonstrados na Dívida fundada, estão em conformidade com o balanço patrimonial.

2.3.1.5. Resultado do Exercício

Em 2016, apurou-se um Resultado de R\$2.547.716,99 (Dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos).

O resultado do exercício é o valor residual do Ativo – Passivo.

2.3.1.5.1. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO DE 2016			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR (R\$)
QUANTITATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.7796.339,33	Pessoal e Encargos	8.434.434,91
Contribuições	138.523,85	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	288.077,08
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	64.605,36	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.242.097,34
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	111.533,54	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	129.033,23
Transferências e Delegações Recebidas	22.240.861,84	Transferências e Delegações Concedidas	4.694.191,65
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	305,50	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	36.349,39
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	(173.048,11)	Tributárias	255.000,42
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	511.220,30
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA) - I	24.159.121,31	TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - II	21.611.404,32
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (I - II)			2.547.716,99

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultante ou independente da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

2.3.2. Limites da Dívida



APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – 2016		
TÍTULOS	R\$ - 2015	R\$ - 2016
Dívida Consolidada Líquida (I)	1.455.377,70	957.214,43
Receita Corrente Líquida (II)	17.113.941,54	19.302.813,92
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (I / II)	0,09	0,05
Limite de máximo de endividamento em 2016 (1,2 ou o índice aplicado em 2015 com a redução de 1/15, conforme Resolução 40 do Senado Federal.)		23.163.376,70

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

No exercício de 2016 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, mantendo-se abaixo deste fator no exercício de 2015, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

2.3.3. Análise do Equilíbrio das Contas Públicas

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA (COMPROMISSOS DE CURTO PRAZO) – CONSOLIDADO		
TÍTULOS	2015	2016
Disponível em Caixa e Bancos (A)	1.650.098,43	1.771.077,02
Passivo Circulante (B)	2.239.147,46	2.488.657,87
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	0,737	0,712**

** Indica a capacidade financeira que o município tem para honrar sua dívida de curto prazo. Para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo de 2016, o Município, possui disponível em Caixa e Bancos **R\$0,712**.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA (COMPROMISSOS DE CURTO PRAZO) – PREFEITURA		
TÍTULOS	2015	2016
Disponível em Caixa e Bancos (A)	1.648.346,60	1.756.581,45
Passivo Circulante (B)	2.239.147,40	2.488.657,87
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	0,736	0,706**

** Indica que para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo de 2016, a Prefeitura, possui disponível em Caixa e Bancos **R\$0,706**.

Em comparação com 2015 a LIQUIDEZ IMEDIATA do Município **PIOROU**, o que demonstra **crescimento** do endividamento do município a curto prazo.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (COMPROMISSOS DE CURTO PRAZO) – CONSOLIDADO		
TÍTULOS	2015	2016
Ativo Circulante (A)	4.273.228,72	4.977.889,90
Passivo Circulante (B)	2.239.147,46	2.488.657,87



Índice de Liquidez Corrente (A/B)	1,908	2,000**
-----------------------------------	-------	---------

Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Indica que para cada R\$1,00 de obrigações a curto prazo de 2016, o município possui **R\$2,000**, disponível.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (COMPROMISSOS DE CURTO PRAZO) – PREFEITURA		
TÍTULOS	2015	2016
Ativo Circulante (A)	4.271.806,00	4.963.723,48
Passivo Circulante (B)	2.239.147,46	2.488.657,87
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	1,907	1,994**

** Indica que para cada R\$1,00 de obrigações a curto prazo de 2016, a prefeitura possui **R\$1,994**, disponível.

Em comparação com 2015 e considerando a liquidez imediata analisada acima, a LIQUIDEZ CORRENTE do município demonstra que os créditos de curto prazo melhora a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da prefeitura.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO) – CONSOLIDADO		
TÍTULOS	2015	2016
Ativo Circulante+ Créditos LP (A)	4.961.564,35	5.665.323,33
Passivo Circ. + Passivo Não Circ. (B)	4.534.402,78	5.415.700,67
Índice de Liquidez Geral (A/B)	1,094	1,046**

Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos. Indica que para cada R\$1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2016, o município possui de **R\$1,046** de ativo.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO) – PREFEITURA		
TÍTULOS	2015	2016
Ativo Circulante+ Créditos LP (A)	4.960.141,50	5.651.156,91
Passivo Circ. + Passivo Não Circ. (B)	4.534.402,70	5.415.700,67
Índice de Liquidez Geral (A/B)	1,093	1,043**



Em comparação com 2015 a LIQUIDEZ GERAL do município **PIOROU**, o que demonstra ligeiro crescimento do endividamento.

Observou-se que em todas as análises efetuadas houve acréscimo nos índices de endividamento do município. Apesar de todo o esforço da Administração Municipal no atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, as medidas adotadas nos exercícios de 2015 e 2016 não foram suficientes para o equilíbrio das contas públicas, principalmente em decorrência da grave crise econômica que assolou o país, refletindo sobretudo nas transferências constitucionais, contribuindo para o endividamento municipal.

3. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Foram cumpridos todos os requisitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução 40/2001, para a celebração de operações de crédito.

4. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

4.1 – Despesas com Pessoal:

DESPESA TOTAL COM PESSOAL (CÁLCULO TCEMG)				
(R\$1.000,00)				
TÍTULOS	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente Líquida (A)	14.602	16.036	17.113	19.302
Gastos com Pessoal do Município (B)	7.304	8.474	8.810	9.179
Percentual aplicado pelo Município (B/A)	50,02	52,85	51,48	47,56
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C)	6.688	7.789	8.118	8.402
Percentual aplicado pelo Poder Executivo (C/A)	45,80	48,57	47,44	43,53
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D)	616	686	751	777
Percentual Aplicado pelo Poder Legislativo (D/A)	4,22	4,28	4,39	4,03

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%. Demonstramos no quadro acima que o gasto com pessoal realizado pelo Município evidencia o cumprimento da norma legal.



Em comparação com o exercício de 2015, os gastos com pessoal mantiveram-se dentro das expectativas, sendo que houve uma **REDUÇÃO** no percentual de gastos com pessoal, motivado principalmente pelo contingenciamento em razão da queda na arrecadação de recursos orçamentários.

5. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

5.1. Aplicação no Ensino Infantil e Fundamental

APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL – 2016	
TÍTULOS	VALOR
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	17.546.300,49
Mínimo a Aplicar (B) (25%)	4.386.575,12
Gastos com Ensino (Art. 212 CF/88) (C)	5.065.026,39
Percentual Aplicado no Ensino (C/A)	28,87%

Conforme pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, **ATENDENDO** o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

5.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica:

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2016	
TÍTULOS	VALOR
Receitas Recebidas no Exercício (A)	2.329.828,19
Rendimentos de Aplicação Financeira (B)	17.457,89
Total da Receita do Exercício (C=A+B)	2.347.286,08
Saldo do Exercício Anterior (D)	3.108,06
Total das Disponibilidades para o Exercício (E=C+D)	2.350.394,14
Despesas c/Educação Básica (FUNDEB) (F)	2.349.267,92
Saldo para o Exercício Seguinte (G=E-F)	1.126,22
Despesas c/a Remuneração dos Profis.Magistério (H)	1.583.034,41
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério (I=H/C)	67,44%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, **ATENDENDO** a legislação vigente.

Dos recursos recebidos do FUNDEB no exercício de 2016 houve saldo reprogramado para o exercício seguinte no valor de R\$1.126,22 (um mil, cento e



vinte e seis reais e vinte e dois centavos), portanto dentro do limite legalmente permitido de 5% (cinco por cento) dos recursos.

6. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
TÍTULOS	2016 (R\$)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	17.315.773,28
Mínimo a Aplicar (15%) (B)	2.597.365,99
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde (C) com recursos próprios	3.384.664,85
Percentual Aplicado nas Ações e Serv. Públicos de Saúde (C/A)	19,55%
Percentual Mínimo a Aplicar nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	15,00%

No exercício de 2016, o Município **APLICOU** nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios 19,55 (dezenove virgula cinquenta e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos e transferências de impostos, **SUPERANDO** o limite mínimo exigido pela Emenda Constitucional nº 29/00 que é de 15% (quinze por cento).

7. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS – 2016	
ENTRADAS/RECEITA – HISTÓRICO	INGRESSO
Saldo do exercício anterior	2.677,96
Alienação de Bens	87.700,00
Aplicação Financeira	1.514,65
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES ----->	91.892,92
SAÍDAS/DESPESAS – HISTÓRICO	APLICAÇÃO
Despesa empenhada	0,00
TOTAL DAS SAIDAS ----->	0,00
Saldo para o exercício seguinte	91.892,92

Obs.: Os registros contábeis demonstram que não houve aplicação de recursos provenientes de alienações no exercício de 2016.

8. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo



REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO – 2016	
Receita Tributária + Transferências Constitucionais - Exercício Anterior	R\$14.572.709,76
Limite Máximo de Repasses 7%	R\$1.232.046,77
Repasso Realizado pelo Executivo	R\$1.116.520,55
Devolução de Numerário pela Câmara à Prefeitura	R\$186.321,81
Recursos Efetivamente à Disposição do Legislativo	R\$930.198,74
Percentual Comprometido pelo Legislativo	6,36%
Percentual Máximo Permitido	7,00%

O repasse efetuado ao Poder Legislativo **OBEDECEU** ao disposto na Emenda Constitucional 58/2011. O Poder Executivo atentou tanto para o limite máximo, quanto para o mínimo.

9. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento

O município de Bonfinópolis de Minas participa do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Desenvolvimento dos Vales do Noroeste – CONVALES, CNPJ: 06.070.075/0001-25.

O repasse de recursos financeiros ao CONVALES tem a seguinte distribuição:

- Contrato de Rateio: R\$20.160,00;
- Prestação de Serviços Médicos: R\$33.938,83;
- Transporte de Pacientes: R\$51.036,73.

Participa ainda do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste-CISREUNO/SAMU, CNPJ: 20.433.216/0001-58, sendo que as contribuições ao Consórcio iniciaram em junho/2015.

O repasse de recursos financeiros ao Consórcio Público tem a seguinte distribuição:

- Contrato de Rateio: R\$2.932,50.

10. Das medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o Ativo Imobilizado;



Na área patrimonial o Controle Interno informa que foi iniciado um recadastramento dos bens móveis e imóveis do patrimônio municipal.

11. Do Regime de Previdência do Município

Tanto o Poder Executivo como o Poder Legislativo são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social do INSS, sendo que houve recolhimentos mensais de contribuições, sendo que as referidas contribuições foram repassadas tempestivamente ao referido instituto, juntamente com as obrigações patronais. Tanto os servidores como os agentes políticos recolheram contribuições ao INSS.

Não houve durante o exercício de 2016, recolhimento de contribuição previdenciária a outro instituto de previdência.

Em 2009 o Município optou pelo parcelamento de débito permitido pela Lei Federal nº 11.960/2009, sendo que o referido parcelamento foi cancelado devido renegociação de débitos previdenciários autorizados pela Lei Federal 12.810/2013.

Ocorreu no exercício de 2013 um novo parcelamento de débitos previdenciários de exercícios anteriores permitido na Lei Federal 10.522/2002, sendo que o referido parcelamento foi cancelado devido renegociação de débitos previdenciários autorizados pela Lei Federal 12.810/2013.

Os débitos renegociados pela Lei Federal 12.810/2013 ainda não foram consolidados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

12. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário público:

Durante o exercício de 2016 não houve dano ao erário público, no âmbito do Poder Executivo.

13 – Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial:

Este Controle Interno acompanhou durante o exercício de 2016, a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, declarando neste relatório, que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos relativos as referidas gestões.

14. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos



Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

Este Controle Interno declara que foram cumpridos parcialmente os prazos previstos na Instrução Normativa 10/2011, para o envio de informações ao TCEMG por meio do sistema SICOM. A principal dificuldade no cumprimento dos prazos foram as inconsistências relacionadas ao sistema informatizado.

15. Da Recomendação Objetivando o Equilíbrio Fiscal:

Diante das informações apresentadas neste Relatório Anual de Controle Interno, fica demonstrado que a Prefeitura Municipal de Presidente Olegário **CUMPRIU** o disposto no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Recomendamos ao Gestor Municipal a manutenção do equilíbrio das contas públicas municipais a fim de dar cumprimento às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

16. Conclusão:

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 004/2016 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Assim, buscou-se a EFETIVIDADE no gasto público, que é a conjugação plena da eficiência econômica com eficácia social.

Sabemos da importância da Controladoria, também no aspecto de assessoramento ao Gestor Municipal e Secretários Municipais, e, dentro do nosso limite de conhecimento, procuramos auxiliá-los no aspecto técnico da melhor forma possível.

Em opinião deste Controle Interno, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara Municipal, em 31 de dezembro de 2016, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.



O trabalho diário do Controle Interno buscou preservar os princípios da Administração Pública Pátria exibidos no art. 37 da Constituição Federal, mas preservando também os princípios da economicidade e eficácia, analisando contratos, convênios, atos da Administração, conduta de gestores e servidores, operacionalidade dos órgãos municipais e zelando pela coisa pública.

Diante dos dados fiscais analisados, este Órgão de Controle Interno **RECOMENDA** ao titular do Poder Executivo Municipal que faça revisão nas medidas de redução do endividamento do Município, afim de aperfeiçoar e atualizar os mecanismos de controle, de modo a equilibrar as contas municipais, visando atender assim o determinado no §1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o que se tem a relatar.

Bonfinópolis de Minas - MG, 27 de março de 2017.

MARCELO JUNIOR DOS SANTOS
Controlador-Geral do Município de Bonfinópolis de Minas



PARECER CONCLUSIVO

Referência: Análise da Prestação de Contas Exercício 2016 – MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

O presente Parecer Conclusivo visa atender à disposição contida na Instrução Normativa 004/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), no que tange à fiscalização do cumprimento dos programas e metas estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, assim como quanto à observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/00:

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 004/2016 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Assim, buscou-se a EFETIVIDADE no gasto público, que é a conjugação plena da eficiência econômica com eficácia social.

Sabemos da importância da Controladoria, também no aspecto de assessoramento ao Gestor Municipal e Secretários Municipais, e, dentro do nosso limite de conhecimento, procuramos auxiliá-los no aspecto técnico da melhor forma possível.



Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara Municipal, em 31 de dezembro de 2016, referente ao exercício findo naquela data, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O trabalho diário do Controle Interno buscou preservar os princípios da Administração Pública Pátria exibidos no art. 37 da Constituição Federal, mas preservando também os princípios da economicidade e eficácia, analisando contratos, convênios, atos da Administração, conduta de gestores e servidores, operacionalidade dos órgãos municipais e zelando pela coisa pública.

É notório o esforço da Administração para propiciar melhor qualidade de vida para o cidadão e desenvolvimento do Município, visto às inúmeras obras realizadas e em execução, e os vários programas de atendimento à sociedade, principalmente na área da saúde, educação, assistência social.

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 012/2011 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Somos de PARECER pela **REGULARIDADE SEM RESSALVAS** da Prestação de Contas Anual de 2016, salvo melhor juízo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais quando de sua análise.

É o que tenho a relatar.



GOVERNO MUNICIPAL GESTÃO: 2013/2016
BONFINÓPOLIS
DE MINAS *Cada dia melhor!*

Bonfinópolis de Minas-MG, 27 de março de 2017.

MARCELO JUNIOR DOS SANTOS
Controlador-Geral do Município de Bonfinópolis de Minas